A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO DE VYGOTSKY

Priscila de Sousa Barbosa
Thelma Helena Costa Chahini

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – priscila.sousa.barbosa@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão – UFMA – thelmachahini@hotmail.com

Resumo

De acordo com Vygotsky, a criança com deficiência também se desenvolve, mas de um modo distinto, por um caminho diferente, com outros meios, e o professor deve conhecer a peculiaridade do caminho pelo qual deve conduzir a criança. Partindo daquilo que lhe foi suprimido em seu desenvolvimento devido à questão biológica, observando suas vivências no meio histórico e cultural, lhe propondo aprendizado, observando seu déficit nas capacidades funcionais, mas não se fixando a eles, e sim, propondo novos estímulos de suas funções psicológicas superiores, centrando-se na mediação, transformando o biológico em cultural. Teve-se por objetivo investigar se a inclusão de crianças com deficiência intelectual ocorre segundo a perspectiva da mediação de Vygotsky. Os participantes foram 09 professoras de Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas. Os resultados demonstram que a inclusão de crianças com deficiência intelectual não vem ocorrendo, adequadamente, segundo a perspectiva da mediação de Vygotsky, visto à falta de maiores conhecimentos sobre a Defectologia e a Teoria da Zona de Desenvolvimento, pela maioria dos profissionais que atuam no referido serviço.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência Intelectual, Mediação.

Introdução

A formação específica dos professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado e a implantação e implementação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais ocorre através da parceria entre a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) e a Secretaria de Educação a Distância para oferta do "Curso de Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado", formação esta que faz parte das ações do Programa de Educação Inclusiva da SEESP/MEC – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, atuante desde 2003 (BRIDI, 2012), que conta com um material didático próprio, atualmente a Coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar", organizada em 10 fascículos.

Segundo esses fascículos, o AEE de alunos com deficiência intelectual deverá dar-se a partir da mediação e intervenção pedagógica, como se vê no Fascículo Atendimento Educacional

Especializado – Deficiência Mental e no Fascículo 02 da Coleção: "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual", os quais se dedicam a tratar das mediações de aprendizagem para com alunos com deficiência intelectual, dando ênfase à mediação pedagógica como um fator determinante para promover a aprendizagem destes alunos, uma vez que propicia "desafios cognitivos" (BRASIL, 2007; 2010).

Percebendo estas questões, observa-se que o trabalho do professor que atua no Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual, segundo esta formação oferecida pelo Ministério da Educação, deve estar baseado segundo os princípios teóricos de Vygotsky, pois de acordo com o Fascículo 02 da Coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual": "O aluno com deficiência intelectual, como sujeito social, se beneficia das inúmeras mediações que caracterizam as relações sociais e interpessoais estabelecidas no espaço escolar, as quais são marcadas também pelos conflitos e contradições da vida em sociedade." (BRASIL, 2007, p. 09).

Traduzindo, assim, que os princípios da defectologia de Vygotsky são válidos para a formação destes professores, posto que o trabalho no Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual deverá proporcionar situações de aprendizagem pensadas não no déficit, mas nas potencialidades, nas suas relações sociais, concepções históricas e culturais, as quais estão diretamente ligadas a suas vivências e mediações (VYGOTSKY, 2005).

Proporcionar os devidos estímulos de acordo com as limitações individuais de cada aluno da educação especial traz a necessidade de se pensar em uma prática que corresponde a um modelo de atendimento na escola, um atendimento que deve acontecer em um espaço pensado e organizado para o aluno, complementando e suplementando sua formação, ação esta que deve acontecer no contraturno, com estratégias que visem à aprendizagem deste, cuja prática se denominou Atendimento Educacional Especializado, que tem como espaço principal a Sala de Recurso Multifuncional.

Na proposição e execução dessas atividades, o professor atuante tem papel fundamental para aprendizagem dos seus alunos com deficiência intelectual, surdos ou com deficiência auditiva,

com baixa visão ou deficiência visual, deficiência física, com dificuldades de comunicação expressiva, com altas habilidades/superdotação e com transtornos globais do desenvolvimento, visto ser ele o mediador do processo de aprendizagem desses alunos.

No caso da criança com deficiência intelectual, a ação do professor da Sala de Recurso Multifuncional como mediador é um fato ainda mais evidente, já que a ele está atribuído o papel de proporcionar os devidos estímulos, de acordo com as limitações cognitivas individuais de cada aluno. Contudo, para que as ações desenvolvidas por esses estímulos sejam internalizadas em cada aluno, é necessário que o professor mediador compreenda que deverá não tentar ajudar seu aluno centralizando seus esforços no déficit que cada um apresenta e sim, fundamentar sua intervenção a partir das ações que se correlacionarão com o meio cultural, social e histórico em que cada aluno encontra-se inserido.

Essa perspectiva do professor como mediador do processo de aprendizagem é apresentada por Lev Semenovich Vygotsky (2012), que muito anterior a esses paradigmas e questões levantados pela modalidade de educação inclusiva, já chamava a atenção sobre a importância do estudo de uma defectologia centrada não apenas em analisar o déficit, mas baseada no meio cultural, social e histórico em que estão contidas cada uma das relações de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, tornando o professor como um importante sujeito no processo de ensino daquele aluno.

Diante do exposto, questiona-se: a inclusão de crianças com deficiência intelectual nas escolas públicas municipais de São Luís – MA ocorre segundo a perspectiva da mediação de Vygotsky?

Para dar conta de responder ao problema, elencou-se como objetivo geral: investigar se a inclusão de crianças com deficiência intelectual nas escolas públicas municipais de São Luís – MA ocorre segundo a perspectiva da mediação de Vygotsky.

E os objetivos específicos foram: mapear as salas de recursos multifuncionais das escolas públicas municipais de São Luís – MA que possuíam alunos com deficiência intelectual; Verificar o Atendimento Educacional Especializado realizado na Rede Municipal de Educação de São Luís/MA; Observar as práticas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de São Luís/MA; Identificar os desafios da

Política do Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual na Rede Pública Municipal de Educação de São Luís – MA; Descrever a importância do Atendimento Educacional Especializado realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais para alunos com deficiência intelectual.

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva nas Escolas do Núcleo Centro da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA, pois de acordo com Gil (2008) esse tipo de pesquisa é apropriado nos casos pouco conhecidos e/ou pouco explorados, bem como possibilita descrever o fenômeno pesquisado. Os participantes foram 09 professoras das Salas de Recursos Multifuncionais coordenadas pela Superintendência da Área de Educação Especial. Os instrumentos de Coleta de dados compreenderam entrevistas semi-estruturadas, pois de acordo com Trivinos (1987, p. 152) "[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações". Realizadas através de um roteiro contendo 08 perguntas referentes aos desafios da Política do Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual segundo a perspectiva da mediação de Vygotsky.

Todas as participantes são do sexo feminino, com idade entre 30 e 50 anos. Quanto à formação inicial que se entende por corresponder à formação para a docência, 05 tem graduação em Pedagogia Licenciatura, 01 tem Graduação em Matemática, 01 tem Graduação em uma em Letras, 01 tem Graduação em Filosofia e, há 01 professoras atuando que não tem formação para a docência, pois é Bacharel em Desenho Industrial e ainda encontra-se cursando o 2º Período de Pedagogia.

Em relação à formação específica para atuar na Sala de Recursos: 01 professora tem curso de extensão em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), 04 professoras tem Especialização em Educação Especial, 02 tem especialização em Psicopedagogia, 01 possui duas especializações (Psicopedagogia e AEE pelo Programa de Formação Continuada do MEC) e 01 possui Especialização em AEE também pelo MEC.

Dentre as referidas professoras, 02 têm outros cursos de extensão na área e participaram da Formação de Professores da Sala de Recursos, promovido pela Superintendência da Área de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de São Luís/MA.

A pesquisa foi realizada nas Salas de Recursos Multifuncionais das Unidades de Educação Básica da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA, do Núcleo Centro. O critério de seleção ocorreu devido o Núcleo possuir um grande quantitativo de Salas de Recursos Multifuncional em relação ao quantitativo de escolas e por apresentar alunos com deficiência intelectual frequentando o Atendimento Educacional Especializado em todas as salas e turnos.

Durante a coleta de dados, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, em que tomaram conhecimento e assinaram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido, concordando em participar do estudo.

Resultados e discussão

Em relação ao questionamento sobre quais conhecimentos possuíam a respeito da Legislação que contempla o Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual. Dentre as 09 participantes, 02 professoras responderam que não tinham conhecimentos sobre a temática e 07 afirmaram possuir apenas conhecimentos básicos.

Ressalta-se que o pouco conhecimento das professoras acerca da Legislação que contempla o Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual é preocupante, em razão de que cabe ao professor operacionalizar aquilo que é dito na legislação que contempla a modalidade de educação especial, mas nem sempre esse professor tem o conhecimento básico em relação à referida política.

Essa carência de formação adequada de professores vai de encontro com o que determina o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, ao apontar que se faz necessário que o professor conheça a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visto que cabe a ele “conhecer os recursos, os serviços e as estratégias de acessibilidade, bem como elaborar e desenvolver planos de AEE que visam eliminar as barreiras no processo de escolarização” (BRASIL, 2008; 2010).

Quando se perguntou sobre como o Atendimento Educacional Especializado estava sendo realizado na Rede Municipal de Educação de São Luís/MA e de como se dava essa organização, 06 professoras relataram falta de recursos materiais e humanos à operacionalização do AEE, carência de espaço adequado, falta de acessibilidade nas escolas, ausência de acompanhamento das práticas desenvolvidas, precariedade na orientação para a família, bem como inexistência de parceria com professores do ensino regular, pois segundo as professoras do AEE não existe amparo suficiente de materiais para atender a todos os alunos como prescreve a Legislação. As demais participantes apenas relataram suas práticas nas salas do AEE.

Os dados divergem do modelo organizacional pensado no "Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais" ao tratar dos critérios e das condições para a implantação das salas (BRASIL, 2010).

Percebe-se ainda a falta de uma continuidade no trabalho que vem sendo desenvolvido, assim como falhas na forma da oferta deste serviço, comprometendo, com isso, o que é firmado pela Legislação Federal em relação à qualidade dos serviços oferecidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Em relação ao questionamento de como eram direcionadas as práticas desenvolvidas pelo AEE e como ocorria o planejamento das atividades a serem realizadas com alunos com deficiência intelectual. As professoras foram unânimes em dizer que há uma avaliação inicial quando o aluno chega ao atendimento, bem como uma entrevista inicial com a família, apesar de já terem passado pela avaliação diagnóstica educacional realizada pela equipe multidisciplinar da Superintendência da Área de Educação Especial.

Embora não conste esta avaliação inicial e a avaliação diagnóstica de forma explícita na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), esta é uma prática comum na Superintendência da Área de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de São Luís/MA, que visa atender ao Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999 o qual **r**egulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (MELO, FERREIRA 2006).

Ressalta-se que esse diagnóstico deve ser realizado pelos órgãos de saúde municipais, contudo, de acordo com a Superintendência da Área de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de São Luís/MA, a equipe multidisciplinar atuante nesta Superintendência visa

viabilizar o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos a serem atendidos nas Salas de Recurso Multifuncionais da rede (MARANHÃO, 2014).

Aos serem questionadas se tinham conhecimento sobre os estudos de Vygotsky para com alunos com deficiência intelectual, 05 professoras afirmaram ter estudado sobre Zona de Desenvolvimento apenas durante a graduação, 01 professora disse lembrar-se do termo, mas não do conceito. 01 professora falou que nunca tinha lido nada a respeito, 01 professoras confundiu-se ao falar da Zona de Desenvolvimento de Vygotsky e os Estágios de Desenvolvimento de Piaget, apenas 01 professora falou que já havia lido sobre os estudos de Vygotsky para com alunos com deficiência intelectual, mas não quis falar sobre o que havia lido.

Isso faz lembrar Brasil (2010) ao ressaltar a falta de exploração da temática na área de educação especial, apesar das investidas do curso da Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado, proposta pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.

Isso faz lembrar Duarte (1996, p.18), ao falar sobre as contribuições dos estudos de Vygotsky, afirma que este teórico se tornou famoso entre os educadores brasileiros bem antes de ser lido e conhecido, pois seus escritos traduzidos para o português ainda são escassos e a falta de conhecimentos dos professores sobre a filosofia marxista acaba-se por ser reduzido por correntes filosóficas que não condizem com a Psicologia Histórico Crítica.

Ainda de acordo com Duarte (1996, p.28) é necessário que os professores entendam que "esse conceito de zona de desenvolvimento próximo não fornece nenhuma fórmula definitiva do que e como ensinar a cada momento do processo escolar. São necessários estudos específicos para cada matéria e para cada série escolar" e, por isso a necessidade de se conhecer a visão de mediação pedagógica de Vygotsky antes de aplicá-la, principalmente no Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual.

Quanto à compreensão por Zona de Desenvolvimento segundo a perspectiva de Vygotsky, 06 professoras falavam que tinham pouco conhecimento acerca do conceito de Zona de Desenvolvimento segundo a perspectiva de Vygotsky e 03 professoras disseram não ter conhecimento algum no assunto.

A Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado, proposta pelo MEC traz em seu estudo sobre a pessoa com deficiência intelectual, a orientação para a mediação pedagógica e, consequentemente, a intervenção. Presumindo que os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado deveriam ter conhecimentos acerca da teoria de Vygotsky não apenas sobre a Zona de Desenvolvimento, mas também sobre seus princípios de defectologia (BRASIL, 2010).

Os resultados chamam atenção, pois segundo o programa de formação de professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado do Ministério da Educação é que estes deveriam intervir pedagogicamente, mediar o processo de aprendizagens dos alunos com deficiência intelectual que frequentam a Sala de Recursos Multifuncional. Criticando tal como Vygotsky, nos seus estudos sobre defectologia, o treino de rotinas e funções cognitivas básicas no ensino de alunos com deficiência intelectual, pois ele a educação deveria ser desenvolvida mediante ações pedagógicas apropriadas, que primem pelo desenvolvimento das funções cognitivas executivas (VYGOTSKI, 1997; VIGOTSKY, 2009; VIGOTSKII, 2012).

Faz-se importante ressaltar que o Atendimento Educacional Especializado pauta-se na construção teórica da deficiência intelectual segundo dois conceitos principais: o conceito funcional, que está caracterizado segundo o funcionamento adaptativo da pessoa nas suas atividades da vida diária e uma análise da psicologia cognitiva (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004). Mas, como se percebe, as práticas educativas hoje direcionadas a pessoa com deficiência intelectual perdem-se na medida em que tentam muito mais regular o aprendizado da pessoa com déficit intelectual aos rituais da escolarização, ao invés de buscar caminhos que levem ao aprendizado de atividades da vida prática distanciando assim da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Ao deixar em segundo plano os processos da vida prática e a importância de um tratamento definido não apenas por padrões médicos ou diagnósticos prescritos segundo experiências que homogeneízam as pessoas, educadores, pais, médicos e toda a equipe que atende a pessoa com deficiência intelectual deverá repensar sua práxis, que deve ser revelada não por padrões e nem ser exemplificada através de atividades de simples treinos e memorizações, como já afirmava Vygotsky (2010).

Em relação ao questionamento se durante o Atendimento Educacional Especializado são operacionalizadas as contribuições de Vygotsky em relação às Zonas do Desenvolvimento como elemento de interação para alunos com deficiência intelectual. 06 professoras falaram superficialmente que utilizavam as contribuições de Vygotsky em seus trabalhos e 03 professoras preferiram não se manifestar, pois disseram não ter conhecimentos acerca da temática.

Diante do exposto se faz importante pontuar que o desenvolvimento e aprendizagem estão inter-relacionados e se baseiam na relação do sujeito com seu ambiente físico e social, segundo uma relação dialética (VYGOTSKY, 2009; 2010).

A pessoa com deficiência intelectual demonstra limitações significativas no funcionamento do seu intelecto e nas atividades relativas às funções atuantes mediante o comportamento adaptativo. Este comprometimento origina-se até os dezoito anos e é observável nas habilidades práticas, sociais e conceituais.

No campo educacional, as questões relacionam-se a avaliação diagnóstica e o formato de atendimento educacional, o qual deverá primar por uma assistência especializada e individual, que busque atender às necessidades especificas de cada aluno, de acordo com o seu grau de déficit em cada área do seu funcionamento adaptativo.

O pensamento de Vygotsky e sua caracterização sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal abrem muitas portas nas resoluções de questões que estão presentes nas discussões da forma de organização do Atendimento Educacional Especializado sobre as infinitas questões que permeiam os alunos com deficiência intelectual.

Conclusões

De acordo com a mediação de Vygotsky, pensar na educação de pessoas com deficiência intelectual é pensar no desenvolvimento e na aprendizagem mediante as Zonas de Desenvolvimento Real e Potencial de forma que a pessoa internalize o que lhe é ensinado. Partindo daquilo que lhe foi suprimido em seu desenvolvimento devido à questão biológica, observando suas vivências no meio histórico e cultural, lhe propondo aprendizado, observando seu déficit nas

capacidades funcionais, mas não se fixando a eles, e sim, propondo novos estímulos de suas funções psicológicas superiores, centrando-se na mediação, transformando o biológico em cultural.

Retomando ao objetivo primário que era investigar se a Política do Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual vinha ocorrendo segundo a perspectiva da mediação de Vygotsky e quais eram os desafios da referida Política em relação à sua operacionalização.

Fica evidente que o Atendimento Educacional Especializado - AEE que ocorre nas Salas de Recurso Multifuncionais da rede pública municipal de São Luís/MA, não vem ocorrendo, adequadamente, segundo a perspectiva da mediação de Vygotsky, visto à falta de maiores conhecimentos sobre a Defectologia e a Teoria da Zona de Desenvolvimento, pela maioria dos profissionais que atuam no referido serviço.

Os desafios em relação à operacionalização da Política do AEE compreendem uma maior qualificação de profissionais que se encontram trabalhando com alunos com deficiência intelectual nas salas de recursos multifuncionais, visando que estes tenham mais acesso a formação oferecida pelo MEC e às contribuições de estudos sobre as Zonas de Desenvolvimento, para a operacionalização de um Atendimento Educacional Especializado que não foque apenas o déficit, mas que vise, antes de tudo, à criança em sua potencialidade.

Espera-se que este estudo contribua para que as pessoas com deficiência intelectual sejam consideradas seres sociais e culturais. E que todos os professores busquem por maiores conhecimentos em relação ao processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas. Que as Políticas da Educação Especial sejam operacionalizadas com eficiência e eficácia.

Referências Bibliográficas

ALVES, Denise de Oliveira et al. **Sala de Recursos Multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado / elaboração: Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Politicas de Educação Especial. **Documento Orientador do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais,** Brasília: MEC, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado – AEE**. 2007. Disponível em: <_http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12507&Itemid=826>. Acesso em: jul. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. SEESP/MEC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para Educação Especial. SEESP/MEC. Brasília: MEC/ SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Formação continuada à distância de professores para o atendimento educacional especializado**. Coleção: A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Brasília: MEC/SEESP, Universidade Federal do Ceará, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. **Orientações Gerais e Educação a Distância. Atendimento Educacional Especializado.** Brasília: SEESP/SEED/MEC. Universidade Federal do Ceará, 2007.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **A Formação Continuada em Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado.** XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP. Campinas, 2012. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2412b.pdf Acesso 11 julho 2012.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. (Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais; 3)

DUARTE, N. **A escola de Vigotski e a educação escolar**: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia histórico-cultural. *Psicologia USP*, *7*(1/2), 1996. 17-50.

MARANHÃO. Prefeitura de São Luís. Secretaria Municipal de Educação. Superintendência da Área de Educação Especial. **Quadro Demonstrativo de Técnicos – Escolas - 2014.** São Luís: Superintendência da Área de Educação Especial, 2014.

MELO, H. A.; FERREIRA, R. S. A experiência da gestão político-administrativa da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA. In B. W., Roth (Org.). **Experiências educacionais inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
VIGOTSKI, Lev. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **A formação social da mente:** *o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores***. 7**ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

VIGOTSKII, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2012. P.103-17

VYGOTSKI, L.S. ***Obras escogidas Tomo V.*** *Fundamentos de defectología Madrid*, *Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones*, 1997.

VYGOTSKY, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2005. p.25 -40.